



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

## TERMO DE REFERÊNCIA - FORNECIMENTO CONTRATAÇÃO DIRETA

### INSTITUTO DE BIOCÊNCIAS

Processo SEI nº 154.00009974/2026-61

#### 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Aquisição de **SACOS PARA COLETA E LIXO DOMICILIAR PRETOS, SACOS PARA COLETA DE LIXO HOSPITALAR BRANCOS E BOMBONA DE POLIETILENO DE 5 LITROS**, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

Grupo 1						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1.1	<b>Saco de lixo domiciliar preto 30L</b> Tipo C, em polietileno; Medidas: (59x62) cm; Solda reta; Conforme NBR9191:2008.	374970	PACOTE COM 100 UNIDADES	31	R\$ 14,42	R\$ 447,02
1.2	<b>Saco de lixo domiciliar preto 50L</b> Tipo C, em polietileno; Medidas: (63x80) cm; Solda reta; Conforme NBR9191:2008.	226093	PACOTE COM 100 UNIDADES	29	R\$ 26,68	R\$ 773,72
1.3	<b>Saco de lixo domiciliar preto 100L</b> Tipo C, em polietileno; Medidas: (75x105) cm; Solda reta; Conforme NBR9191:2008.	470833	PACOTE COM 100 UNIDADES	110	R\$ 40,39	R\$ 4.442,90
<b>VALOR TOTAL DO LOTE:</b>						<b>R\$ 5.663,64</b>



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Grupo 2						
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
2.1	<b>Saco lixo hospitalar branco 30L, 9 kg</b> Polietileno, branco leitoso; Medida: (59x62) cm com símbolo de resíduos infectante, classe II, tipo B; Solda reta com acre; Laudo NBR9191 e 7500 emitido há até 6 meses; Conformidade com RDC222/2018 da ANVISA e autorização de funcionamento da empresa fornecedora na ANVISA	345587	PACOTE COM 100 UNIDADES	21	R\$ 43,75	R\$ 918,75
2.2	<b>Saco lixo hospitalar branco 50L, 10 kg</b> Polietileno, branco leitoso; Medida: (63x80) cm com símbolo de resíduos infectante, classe II, tipo B, solda reta com acre; Laudo NBR9191 e 7500 emitido há até 6 meses; Conformidade com RDC222/2018 da ANVISA e autorização de funcionamento da empresa fornecedora na ANVISA	412494	PACOTE COM 100 UNIDADES	64	R\$ 58,61	R\$ 3.751,04
2.3	<b>Saco lixo hospitalar branco 100L, 30 kg</b> Polietileno, branco leitoso; Medida: (75x105) cm com símbolo de resíduos infectante, classe II, tipo B, solda reta com acre; Laudo NBR9191 e 7500 emitido há até 6 meses; Conformidade com RDC222/2018 da ANVISA e autorização de funcionamento da	376026	PACOTE COM 100 UNIDADES	40	R\$ 70,18	R\$ 2.807,20



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

	empresa fornecedora na ANVISA					
--	-------------------------------	--	--	--	--	--

VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 7.476,99

## Grupo 3

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE TOTAL	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
3.1	<b>Bombona plástica 5L</b> Bombona PEAD 5L retangular, para acondicionamento e transporte de rejeitos químicos; Com tampa com vedação eficiente e removível, bocal simples, lacre catraca e alça superior esmagada; Com certificado compulsório INMETRO, embalagem II (ANTT 420/2004).	267955	UNIDADE	64	R\$ 18,43	R\$ 1.179,52

VALOR TOTAL DO LOTE: R\$ 1.179,52

## REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### REQUISITOS DE QUALIDADE E CONFORMIDADE

Tendo em vista que a aquisição de sacos para lixo e bombonas para um órgão público exige rigor técnico para garantir que os materiais suportem o manejo de resíduos sem oferecer riscos aos trabalhadores e ao meio ambiente. A fundamentação para as exigências propostas baseia-se nos seguintes pilares:

#### 1. Necessidade de Laudos Técnicos (NBR 9191 e Portarias INMETRO)

A exigência de laudos emitidos por laboratórios independentes acreditados pelo INMETRO justifica-se pela Norma Regulamentadora NR 32, que estabelece diretrizes para a segurança e saúde dos trabalhadores em serviços de saúde. O item 32.5.2 da NR 32 determina expressamente que os sacos plásticos utilizados devem atender ao disposto na NBR 9191.

Conforme as fontes técnicas, a NBR 9191 define requisitos de desempenho essenciais que só podem ser atestados via ensaios laboratoriais.

A exigência de comprovação por terceira parte (laboratórios neutros) é necessária porque avaliações anteriores do INMETRO demonstraram que muitos produtos no mercado apresentam resultados insatisfatórios em relação a esses padrões mínimos de segurança.

#### 2. Autorização de Funcionamento (AFE/ANVISA) para Itens Infectantes

A exigência de AFE para a comercialização de sacos destinados a resíduos infectantes (Grupo A) fundamenta-se na RDC nº 222/2018 da ANVISA, que regulamenta as Boas Práticas de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde.



Resíduos do Grupo A possuem risco de infecção devido à presença de agentes biológicos que podem causar doenças graves (Classes de Risco 2 a 4). O manejo seguro desses materiais requer que as empresas fornecedoras estejam sob o regime de vigilância sanitária, garantindo que as embalagens (como os sacos branco-leitosos identificados com o símbolo de risco biológico) atendam aos requisitos de acondicionamento que evitem vazamentos e resistam a puncturas e rupturas.

### 3. Critérios de Recebimento e Rejeição (Integridade Física e Solda)

A reserva do direito de rejeitar lotes com espessura irregular ou solda fragilizada é uma medida de controle de qualidade amparada pela necessidade de integridade do resíduo até a disposição final, conforme exigido pela NR 32.

- Solda: A NBR 9191 exige uma solda contínua e homogênea para garantir a vedação absoluta. Sacos com soldas frágeis falham nos testes de levantamento e queda, resultando em derramamento de resíduos perigosos.
- Bombonas e Vedação: Segundo a RDC 222/2018 e a NR 32, os coletores devem ser resistentes ao vazamento, possuir tampas que garantam a contenção e serem constituídos de material rígido e lavável. A vedação é crítica, especialmente para resíduos químicos (Grupo B) ou líquidos, para evitar acidentes químicos ou biológicos. Assim:

#### SACOS PARA RESÍDUOS DOMICILIARES (CLASSE II)

Devem atender à ABNT NBR 9191, classificados como Tipo C (Resistência Pesada).

Material: Polietileno de Baixa Densidade (PEBD). isento de odores fortes, furos ou impurezas que comprometam a resistência.

Resistência Mínima (Carga):

30 Litros: Suportar no mínimo 6 kg.

50 Litros: Suportar no mínimo 10 kg.

100 Litros: Suportar no mínimo 20 kg.

Cor: Preta, com opacidade que impeça a visualização do conteúdo.

Apresentação: Preferencialmente em rolos picotados para facilitar o armazenamento e controle de estoque, deve na embalagem deve constar: de acordo com a Norma ABNT NBR 9191, Tipo C, Medidas, Capacidade em Volume e Peso, Fabricante e Lote.

#### SACOS PARA RESÍDUOS INFECTANTES (CLASSE I)

Devem atender rigorosamente à ABNT NBR 9191 e à RDC 222/2018 da ANVISA.

Material: Polietileno de Alta Densidade (PEAD)

Cor: Branco leitoso, com pigmentação.

Identificação: Impressão indelével do símbolo de Risco Biológico (conforme NBR 7500), acompanhado da inscrição "RESÍDUO INFECTANTE".

- Solda: Fundo com solda lateral contínua, garantindo estanqueidade absoluta (sem gotejamento).
- Rastreabilidade: Cada unidade ou pacote deve conter o nome do fabricante, CNPJ, lote de fabricação e capacidade de carga em kg.

#### BOMBONAS EM PEAD (5 LITROS)

Devem atender à Portaria INMETRO nº 141/2019 ou 320/2021. Material: PEAD, virgem, com proteção UV.

Peso da Embalagem (Gramatura): Mínimo de 200 gramas (sem a tampa).

Vedação: Tampa com lacre de segurança inviolável e sistema de vedação interna por batoque ou disco de indução.

Certificação: Apresentação obrigatória do Certificado de Homologação UN para transporte de produtos perigosos. Marcação: Selo do INMETRO e data de fabricação gravados em relevo no corpo da peça.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Diante do que foi justificado acima, a proposta vencedora deverá ser acompanhada de:  
Laudos Técnicos: Emitidos por laboratório independente acreditado pelo INMETRO, atestando a conformidade com as normas NBR 9191 (sacos) e Portarias INMETRO (bombonas).  
AFE (Autorização de Funcionamento de Empresa): Cópia da autorização da empresa junto à ANVISA para comercialização de produtos/correlatos (para itens infectantes).

Recebimento definitivo: O Órgão reserva-se o direito de rejeitar lotes que apresentem:

- Sacos com espessura irregular ou solda fragilizada.
- Bombonas sem o selo de certificação em relevo ou com tampas que não garantam vedação, ou que tenha peso abaixo do especificado.

1.1.1. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência.

1.2. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 2023.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de **63 (sessenta e três) dias** contados do(a) **data de assinatura do contrato/termo de início do fornecimento**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua (caso assim definido pela documentação que compõe a presente contratação) oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## Subcontratação

1.5. O **CONTRATADO** não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratual.

## 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual **2026**, conforme detalhamento a seguir:

- I. ID PCA no PNCP: 63025530000104-0-000046/2026;
- II. Data de publicação no PNCP: 26/06/2025;
- III. Id do item no PCA: 1209, 1210 e 1211;



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- IV. Classe/Grupo: 7510 - ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO, 8110 - TAMBORES E LATAS, 8145 - RECIPIENTES ESPECIALIZADOS PARA TRANSPORTE E ARMAZENAGEM;
- V. Identificador da Futura Contratação: 102132-3/2026.

## 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### SUSTENTABILIDADE

- 4.1. Os critérios de sustentabilidade estarão eventualmente inseridos na descrição do objeto.
- 4.2. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

- 5.1. O prazo de entrega dos bens é de **15 (quinze) dias**, contados do(a) data de assinatura do contrato/termo de início dos **fornecimentos**, em remessa única.
- 5.2. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, o fornecedor deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos **05 (cinco) dia(s)** de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.
- 5.3. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço:  
**Ed. Paulo Nogueira Neto – Instituto de Biociências da USP**  
**Rua do Matão, travessa 14, nº 321 – Cidade Universitária – Butantã**  
**CEP 05508-090 São Paulo - SP**
- 5.4. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a **04 (quatro) anos**.

## GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 5.5. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

## 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e o **CONTRATADO** devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. A Universidade de São Paulo poderá convocar representante do **CONTRATADO** para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou outro instrumento equivalente (caso assim definido pela documentação que compõem a presente contratação), o órgão ou entidade poderá convocar o representante do **CONTRATADO** para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução do **CONTRATADO**, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### Fiscalização

- 6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelo(s) respectivo(s) substituto(s) ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

### Fiscalização Técnica

- 6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17](#)).
- 6.8. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e [Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 6.9. O fiscal técnico realizará, em conformidade com cronograma físico-financeiro, as medições do objeto executado e aprovará a planilha de medição emitida pelo **CONTRATADO** ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, III](#)).
- 6.10. O fiscal técnico adotará medidas preventivas de controle de contratos, manifestando-se quanto à necessidade de suspensão da execução do objeto ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, IV](#)).
- 6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Lei federal nº 14.133, de 2021, artigo 117, § 2º).
- 6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 17, II](#)).

## Fiscalização Administrativa

- 6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, II e III](#)).
- 6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, IV](#)).
- 6.15. Sempre que solicitado pelo **CONTRATANTE**, o **CONTRATADO** deverá comprovar o cumprimento da reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas, nos termos do parágrafo único do artigo 116 da Lei nº 14.133, de 2021.

## Gestor do Contrato

- 6.16. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º](#)).
- 6.17. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do **CONTRATADO**, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, IX](#)).



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- 6.18. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo **CONTRATADO**, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 18, VII](#)).
- 6.19. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VIII](#)).
- 6.20. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração ([Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, VII e parágrafo único](#)).
- 6.21. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

### Do recebimento

- 7.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.
- 7.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de **10 (dez)** dias, a contar da notificação do **CONTRATADO**, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 7.3. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do caput do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até **10 (dez)** dias úteis.
- 7.4. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, se houver parcela incontroversa, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, com a comunicação ao **CONTRATADO**



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

para emissão de Nota Fiscal/Fatura no que pertinente à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento.

- 7.6. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

- 7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 05 (cinco) dias úteis para fins de liquidação, a contar de seu recebimento pela Administração, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, justificadamente, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 7.9. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o **CONTRATADO** providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao **CONTRATANTE**;
- 7.10. A Nota Fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 7.11. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do **CONTRATADO**, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do **CONTRATANTE**.

## Prazo de pagamento

- 7.12. O pagamento será efetuado no prazo não inferior a **28 (vinte e oito)** dias, contados da apresentação da nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, desde que tenha sido finalizada a liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos do art. 2º, II, do Decreto estadual nº 67.608, de 2023 e da [Portaria GR nº 8249/2023](#).
  - 7.12.1. São condições para a liberação do pagamento:
    - a) O recebimento definitivo do objeto;
    - b) A entrega da documentação fiscal completa;



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

- c) A não existência de registro do **CONTRATADO** no Cadin Estadual, cuja consulta deverá ser feita pelo **CONTRATANTE**, nos termos do artigo 6º, inciso II e parágrafo 1º da Lei Estadual nº 12.799/2008 c.c. artigo 7º, inciso II e parágrafo 1º do Decreto Estadual nº 53.455/2008.
- 7.13. Havendo atraso no pagamento dos contratos celebrados pela Universidade de São Paulo, por razões não imputáveis ao **CONTRATADO**, o valor devido será atualizado monetariamente pelo **IPC-FIPE** na forma da legislação aplicável, calculado pro rata temporis em relação ao atraso verificado, tornando-se passível de responsabilização a aquele que der causa ao atraso imotivado.
- 7.13.1. Não será considerado atraso o período de suspensão dos pagamentos em razão do descumprimento das condições fixadas em contrato, nem as retenções para compensação com eventuais multas e prejuízos causados à Universidade ou a terceiros.
- 7.13.2. O pagamento da atualização financeira estabelecida neste artigo dependerá de requerimento a ser formalizado pela empresa contratada.
- 7.14. Eventuais irregularidades nas condições de pagamento ou nos documentos exigidos (Nota Fiscal, Fatura e demais documentos exigíveis) para sua liberação deverão ser regularizadas até o sétimo dia anterior ao término do prazo de pagamento.
- 7.15. Caso não ocorra a regularização no prazo definido no item anterior, o pagamento ficará suspenso e será efetuado em até 07 (sete) dias, contados a partir do dia seguinte à regularização.
- 7.16. Caso o término da contagem aconteça em dias sem expediente bancário, o pagamento ocorrerá no primeiro dia útil imediatamente subsequente.
- 7.17. Caso sejam constatadas irregularidades na execução do objeto contratado, será descontada do pagamento a importância correspondente ao descumprimento, sem prejuízo da eventual rescisão do contrato e aplicação das demais penalidades cabíveis.

## Forma de pagamento

- 7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para depósito em conta corrente bancária em nome do **CONTRATADO** no Banco do Brasil S/A, ficando terminantemente vedada a negociação da duplicata mercantil na rede bancária ou com terceiros.
- 7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 7.19.1. O **CONTRATANTE** poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.
- 7.19.2. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

7.20. O **CONTRATADO** regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, caput, inciso II, da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de **MENOR PREÇO POR GRUPO**.

### Forma de fornecimento

8.2. O fornecimento do objeto será **integral**.

### Exigências de habilitação

8.3. Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta aos seguintes cadastros informativos oficiais:

- a. SICAF;
- b. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- c. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portaldatransparencia.gov.br/sancoes/consulta>);
- d. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade – CNCIAI, do Conselho Nacional de Justiça ([http://www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php));
- e. Sistema Eletrônico de Aplicação e Registro de Sanções Administrativas – e-Sanções (<http://www.esancoes.sp.gov.br>);
- f. Cadastro Estadual de Empresas Punidas – CEEP (<http://www.servicos.controladoriageral.sp.gov.br/PesquisaCEEP.aspx>); e
- g. Relação de apenados publicada pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (<https://www.tce.sp.gov.br/apenados>).

8.4. A consulta ao cadastro especificado na alínea “d” do item anterior será realizada em nome da pessoa jurídica fornecedora e de seu sócio majoritário, por força do



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

- 8.5. Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 8.6. Também constitui condição para a celebração da contratação, bem como para a realização dos pagamentos dela decorrentes, a inexistência de registros em nome do fornecedor no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”. Esta condição será considerada cumprida se o devedor comprovar que os respectivos registros se encontram suspensos, nos termos do artigo 8º, §§ 1º e 2º, da Lei estadual nº 12.799, de 2008.
- 8.7. Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 8.8. É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 8.9. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 8.10. Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 8.11. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## **Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:**

- 8.12. Observadas as disposições do art. 18 do Decreto Estadual nº 68.304, de 9 de janeiro de 2024, e considerando que o objeto desta contratação se encontra enquadrado no Inciso II, deverá ser apresentada a seguinte documentação:
  - 8.12.1. Prova de regularidade com a **Fazenda Estadual (Certidão de Débitos Tributários Inscritos na Dívida Ativa)**, do domicílio ou sede do fornecedor;
    - 8.12.1.1. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual e/ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
  - 8.12.2. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**) ou



# UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.12.3. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente aos créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.12.4. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

## 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 14.320,15 (catorze mil, trezentos e vinte reais e quinze centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela acima**.

## 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Estado.

10.2. No presente exercício, a contratação será atendida pela seguinte dotação:

- I. Gestão/Unidade: **Instituto de Biotecnologia;**
- II. Fonte de Recursos: **Tesouro;**
- III. Programa de Trabalho: **Orçamento da Unidade;**
- IV. Elemento de Despesa: **33903016, 33903031;**

10.3. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

São Paulo, 26 de junho de 2026.

---

Luís Marcelo Castro  
Serviço de Compras e Licitações



# USPAssina - Autenticação digital de documentos da USP

## Registro de assinatura(s) eletrônica(s)

Este documento foi assinado de forma eletrônica pelos seguintes participantes e sua autenticidade pode ser verificada através do código WRG6-5NRE-8GJB-L41U no seguinte link: <https://portalservicos.usp.br/iddigital/WRG6-5NRE-8GJB-L41U>

**Luis Marcelo de Camargo e Castro**

Nº USP: 3325745

Data: 25/06/2026 15:45

Perfil assinante:: Agente da Contratação